

As lições do "terroraço"



» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da
Universidade de Brasília (UnB)

Além da vergonha nacional, a inclusão do Brasil entre os países que abrigam grupos terroristas nos impõe algumas lições. A primeira é reconhecer que fracassamos na luta contra o crime. Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (CV) e outras facções são apenas a face mais ostensiva da violência que caracteriza a sociedade brasileira: desigualdade, pobreza, analfabetismo, batedores de carteira nas esquinas, assaltantes nos corredores do Estado por meio de supersalários, penduricalhos, desperdícios, privilégios e ostentação.

A segunda lição é que, durante décadas, deixamos de fazer o dever de casa: construir uma sociedade harmônica, sobretudo por meio de uma educação básica de qualidade para todos. Há 60 anos, Darcy Ribeiro nos alertava que ou fazíamos escolas ou teríamos de fazer prisões. Preferimos outras prioridades e não implantamos um sistema nacional de educação pública com máxima qualidade e absoluta equidade.

A terceira lição é que, com a ilusão de que isso reduzirá a violência dos batedores de carteira das esquinas e dos corredores do Estado, o povo aceita a vergonha de sermos um país associado ao terrorismo e, conseqüentemente, perdermos parte de nossa soberania. Duzentos anos depois

de conquistarmos a independência, corremos o risco de aceitar a perda de soberania em troca da promessa de paz nas ruas.

A quarta lição nos ensina que os defensores da submissão não são apenas um ou outro político, mas também seus partidos e correligionários. A disputa eleitoral está concentrando a crítica pelo servilismo em apenas um candidato à Presidência, mas deve alcançar todos os políticos antipatriotas e seus partidos. Dois séculos depois de declararmos nossa independência de Portugal, poderemos ter uma eleição entre partidos que defendem a submissão do Brasil à vontade de um governo estrangeiro e partidos que defendem a cooperação internacional com preservação da soberania nacional. Além dos candidatos à Presidência da República, há dezenas de candidatos aos governos estaduais, ao Senado, à Câmara dos Deputados e às Assembleias Legislativas que adotam posições contrárias aos interesses e à independência do Brasil.

A quinta lição é que transferir para um governo estrangeiro a luta contra o PCC e o CV representa um retrocesso aos tempos coloniais ou ao período da ditadura militar, quando um embaixador brasileiro em Washington afirmou que "o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil". Mesmo reconhecendo o fracasso dos governos federal e estaduais no combate à violência urbana e ao crime organizado — com parlamentares que empregam criminosos, convivem com milícias, elogiam e condecoram bandidos ou recebem financiamento eleitoral de organizações criminosas —, a perda de soberania afeta negativamente todos os brasileiros.

Ao integrarmos o conjunto de países

associados ao terrorismo, os turistas poderão hesitar em visitar nossas cidades ao lembrarem que temos grupos comparáveis ao Boko Haram, à Al-Qaeda ou ao Hamas. Ficaria legitimada, ainda que improvável, a hipótese de bombardear morros do Rio de Janeiro para eliminar terroristas, da mesma forma que Gaza e Líbano são bombardeados sob esse argumento. A suspeita de que um banco ou outra empresa mantenha relações com o crime organizado poderá levar seus dirigentes a perderem o visto de ingresso nos Estados Unidos ou até mesmo serem mortos legalmente sob a legislação norte-americana. Da mesma forma, caso haja suspeita de que alguns dos iates ancorados na Baía de Botafogo transportem drogas, os órgãos de defesa dos Estados Unidos poderão sentir-se autorizados a atacá-los, como fazem com embarcações no litoral colombiano. Também poderiam sequestrar cidadãos brasileiros suspeitos de envolvimento com grupos classificados como terroristas: advogados que os defendem, operadores financeiros que movimentem seus recursos, dirigentes de bancos onde sejam depositados lucros oriundos do crime, juizes que tenham proferido sentenças favoráveis ou parlamentares que tenham empregado ou condecorado integrantes dessas organizações.

A sexta lição é que, na disputa entre os "partidos da soberania" e os "partidos da submissão", o Brasil precisa que os eleitores rejeitem candidatos vinculados a partidos contrários à nossa independência. Em 2025, o tarifaço de Trump nos uniu; em 2026, o "terroraço" deve nos unir em defesa da soberania nacional, baseada na cooperação internacional, jamais na submissão ao governo de outra nação.

Caio Gomez/CB/D.A Press



Liberdade com responsabilidade



» PAULO SOLMUCCI
Presidente-executivo da
Associação Brasileira de Bares
e Restaurantes (Abrase)

Quando uma decisão com potencial de desorganizar a economia é tomada no calor do momento e com evidente viés eleitoral, alguém precisa intervir e assumir o papel de adulto da sala. É isso que eu e muitos brasileiros esperamos do Senado Federal. A proposta que exige o fim da escala de seis dias de trabalho, a famosa 6x1, saiu da Câmara dos Deputados como um grande improviso, e não podemos permitir que essa conta caia no colo de quem produz e consome sem o devido planejamento.

Tenho dito repetidas vezes em minhas falas que é uma irresponsabilidade conduzir a coisa da forma como foi, sem permitir que a sociedade conheça e reflita sobre esses custos. Promete-se um ganho imediato na teoria, por meio de uma "canetada", mas ignora-se completamente a matemática básica de como essa mudança ocorrerá na caixa das empresas e, inevitavelmente, no custo de vida de cada brasileiro. O que estamos vendo agora é a população acordando para a realidade objetiva dos fatos. As pessoas começaram a perceber que o impacto vai bater à porta delas: a taxa do condomínio vai subir, a mensalidade do curso ou da faculdade vai ficar mais cara e os custos dos serviços cotidianos vão disparar.

As pesquisas mostram isso de forma cristalina.

Na última pesquisa AtlasIntel, no fim de maio, o apoio à proibição da escala 6x1 já havia caído para 56% (após passar de 70% no começo do ano). E uma pesquisa ainda mais recente, da Vox Brasil, mostrou que somente 33,8% dos brasileiros apoiam hoje a medida, enquanto 27,6% são contrários e, o mais importante, 38,6% afirmam não saber ou não ter opinião formada. O proclamado consenso popular em torno do tema simplesmente não existe, e o apoio à proibição cai a olhos vistos.

A forma como o texto do governo foi redigida inviabiliza matematicamente escalas vitais para o país, como a 12x36, comum entre serviços essenciais. Estamos falando de um potencial colapso na operação de hospitais, na segurança privada e nos serviços de limpeza urbana. Nenhum país do mundo adotou o fim da escala 6x1 por meio de uma proibição legal engessada.

O próprio texto aprovado é um monumento à contradição. Enquanto o governo e as grandes concessionárias de serviços públicos ganharam prazos de até um ano e promessas de aditivos contratuais para se adaptarem, impôs-se aos pequenos empresários e às prefeituras prazos irrealistas. O Estado reconhece que não consegue absorver o choque que criou, mas transfere a conta, sem piedade, para o setor produtivo e para o cidadão.

Sou a favor de discutirmos a jornada de trabalho, mas isso deve ser feito com critério e responsabilidade, sem olhar o calendário eleitoral. Por isso, considero necessário analisarmos a alternativa que está sendo seriamente conduzida pelo senador Rogério Marinho. Conhecida como "PEC do Trabalho Flexível" a proposta traz o debate para a realidade ao focar na verdadeira

flexibilidade, abrindo a possibilidade de escolha. O trabalhador terá a opção soberana de escolher o modelo atual de CLT ou uma maior flexibilidade, como aponta a PEC. Não à toa, quase 3 mil entidades empresariais do Brasil se uniram em torno desse modelo, no Movimento Pró-Brasil.

A PEC não é um modelo fixo de escala; ela parte do princípio de que o trabalhador e o empregador devem ter o direito de negociar livremente jornadas menores (seja de 40, 36 ou 30 horas), respeitando o teto atual de 44 horas semanais. Como bem explica o senador, o Brasil possui mais de 2.700 ocupações registradas. Tentar impor a mesma regra para uma indústria de ponta, um hospital e um barco de pesca é o equivalente a tentar dar botas do mesmo tamanho para todos os soldados de um exército, independentemente do pé de cada um.

Além disso, é preciso desmascarar as narrativas falsas do debate. Parte da classe política tentou emplacar a fake news de que a proposta de Marinho criaria a absurda escala "7x0", com trabalho sem folga. Isso é mentira. O projeto garante integralmente todos os direitos previstos no Artigo 7º da Constituição, assegurando o descanso semanal remunerado, FGTS, férias e licença-maternidade, que continuarão sendo pagos proporcionalmente às horas acordadas.

Outras nações que recentemente reduziram suas jornadas, como México, Chile e Colômbia, estabeleceram prazos de transição de até cinco anos para mitigar o repasse de custos à população. Aqui, tenta-se fazer tudo no susto. O Senado tem agora a chance de corrigir essa rota, adequar a transição à realidade do mercado e aprovar um modelo baseado na negociação livre. Precisamos, de uma vez por todas, de responsabilidade.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

A grande ilusão do nosso século

Vivemos numa era em que a aparência suplantou a realidade. Das gôndolas de supermercado às tribunas do Congresso, do feed do Instagram ao cardápio de fast-food, tudo ostenta uma fachada polida que esconde o vazio ou a mentira por trás. O filósofo Guy Debord previu isso em 1967: a sociedade do espetáculo. Mas o que vivemos hoje vai muito além do que ele imaginou. Não se trata apenas de aparências superficiais. Trata-se de uma arquitetura sistemática do falso, erigida camada por camada, que substitui o real pelo simulacro até que ninguém mais consiga distinguir um do outro.

George Orwell, em 1984, descreveu um Estado que fabricava mentiras. O que não previu é que o mercado faria o mesmo trabalho, com mais eficiência e sem precisar de castetetes. "Quando tudo é espetáculo, nada é real — e, quando nada é real, qualquer mentira pode parecer verdade."

Consideremos a moda. Nas vitrines das redes mais populares do Brasil, expõem-se calças jeans fabricadas com rasgos e furos propositalmente, desbotamento artificial e manchas simuladas vendidas a R\$ 350 a peça ou R\$1.500. São roupas que, há três décadas, seriam enviadas ao brechó com pena. Hoje, são vistas como sinal de status, dependendo de uma etiqueta na peça. O consumidor paga como rico e se veste como pobre. A indústria da moda transformou o desleixo em estética, o pijama em roupa de rua, e o moletom em traje para reuniões remotas. A pandemia acelerou esse colapso das fronteiras: o que se usava para dormir passou a ser aceitável em videoconferências profissionais. O conforto virou desculpa para a dissolução de qualquer padrão. E a indústria, naturalmente, lucrrou em cada etapa.

No universo alimentar, a situação é ainda mais grave. Segundo a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, mais de 57% das calorias consumidas por brasileiros vêm de alimentos ultraprocessados, aqueles compostos, majoritariamente, de amido modificado, xarope de glicose, corantes artificiais e estabilizantes. São produtos que ostentam embalagens vibrantes com imagens de frutas frescas, enquanto seus ingredientes reais se escondem em letras minúsculas numa fonte ilegível. Um iogurte industrializado típico pode conter apenas 3% de componente lácteo real. O resto é gelificante, adoçante e aroma artificial de morango que nunca viu um morango. A comida de astronauta, desenvolvida para sobrevivência em missões espaciais, desceu às gôndolas dos mercados populares não como inovação, mas como substituição da comida de verdade.

Na arena política, o fake ganhou sofisticação cirúrgica. Pesquisa do Instituto Reuters de 2024 apontou que o Brasil é o país com maior exposição à desinformação política no mundo. Não porque os brasileiros sejam mais ingênuos, mas porque as estruturas de distribuição de mentiras são aqui mais eficientes. Vemos candidatos que se apresentam como "do povo" enquanto gerenciam fortunas offshore. Basta escolher qualquer nome e ler o discurso de posse. Vemos líderes que bradam contra a corrupção enquanto seus filhos registram contratos milionários com o Estado. A dicotomia esquerda-direita, que mobiliza multidões, serve muitas vezes apenas para ocultar que ambos os lados compartilham os mesmos financiadores.

A Guerra do Iraque em 2003 é o caso mais documentado: os EUA invadiram o país com base em "provas" de armas de destruição em massa que jamais foram encontradas. Colin Powell apresentou ao Conselho de Segurança da ONU imagens de satélite que provaram ser fabricadas. Centenas de milhares morreram. A mentira foi revelada numa publicação no *The Guardian* que dizia: "Um relatório do Senado dos EUA de 2004 detalhou que as avaliações da comunidade de inteligência sobre as armas de destruição em massa iraquianas, feitas antes da guerra, eram fundamentalmente falhas e amplamente influenciadas pela pressão do governo". O mundo havia mudado e ninguém foi responsabilizado. O padrão se repete. A verdade que liberta chega sempre depois que os fatos já foram sepultados sob novos ciclos de notícias, novas guerras, novas indignações fabricadas. A mentira original cumpriu sua função; a revelação posterior é apenas uma nota de rodapé.

Hoje, o Brasil abriga mais de 600 mil estabelecimentos religiosos registrados, número que supera farmácias, escolas e hospitais somados. Parte expressiva desses templos opera como franquias espirituais, onde a fé é monetizada com precisão empresarial: dízimos compulsórios, "sementes" financeiras prometendo retorno sobrenatural, transmissões ao vivo com botão de Pix integrado. O Conselho Federal de Teologia não existe; qualquer pessoa pode se autointitular pastor e iniciar uma congregação. A ausência de regulação cria terreno fértil para o predador espiritual, aquele que usa o sagrado como alavanca para extrair recursos de quem já tem pouco. A fé é real; a estrutura que a comercializa, frequentemente, não.

O mundo fake não é um fenômeno recente nem uma conspiração organizada. É o resultado lógico de sistemas econômicos e políticos que recompensam a aparência sobre a substância, o curto prazo sobre o duradouro, o clique sobre a reflexão. A boa notícia, e há sempre uma, é que a mentira tem custo energético. Exige manutenção constante. A realidade, por mais inconveniente que seja, sempre encontra uma fresta. Cabe a cada um decidir se quer viver no conforto do simulacro ou na lucidez desconfortável do real.

A frase que foi pronunciada:

As bombas atômicas estão se acumulando nas fábricas, a polícia patrulha as cidades, mentiras ecoam pelos alto-falantes, mas a Terra continua girando em torno do Sol.

George Orwell

História de Brasília

O total das verbas liberadas num só dia para Brasília atinge a cifra de um bilhão, quinhentos e oitenta e quatro milhões. (Publicado em 20/5/1962)